

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

THE SUPERIOR WAR SCHOOL AND THE DEVELOPMENT OF BRAZIL

LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) Y EL DESARROLLO DE BRASIL

Sebastião André Alves de Lima Filho*

RESUMO

Este artigo descreve as etapas que culminaram na criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e sua interligação com o planejamento do desenvolvimento brasileiro. A formação da Escola Superior de Guerra (ESG) foi influenciada pela mudança gradual no pensamento militar que começou a priorizar a correlação entre Segurança Nacional, eficácia do aparato militar e o progresso do Brasil. A experiência da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Grande Guerra, ao lado de exércitos com avançado desenvolvimento técnico, científico e industrial, reforçou o entendimento acerca da profunda diferença entre o nível de modernização alcançado pelas nações aliadas e o Brasil. Esse desnível incomodava os oficiais brasileiros, que desde os anos vinte ambicionavam superar as distâncias científicas e tecnológicas que nos separavam das grandes nações industrializadas. Desde o início de seu funcionamento a Escola Superior de Guerra (ESG) buscou imprimir uma identidade que demarcava e reforçava a ideia de que seria uma instituição que se encarregaria de desenhar e induzir o tão almejado desenvolvimento. A grande quantidade de temas envolvendo o desenvolvimento do Brasil que eram tratados durante o ano letivo, as inúmeras viagens de estudos, algumas ao exterior, por exemplo, contribuíram com a imagem de que a Escola Superior de Guerra (ESG) seria necessária ao planejamento da modernização nacional.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra; Segurança Nacional; desenvolvimento brasileiro.

* Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto IV da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro do Observatório das Nacionalidades e da Academia de Ciências Sociais do Ceará. Coordenador do Projeto de Extensão Conjuntura Internacional, Sistemas de Poder Global e as Perspectivas de Inserção da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) no Mundo Multipolar. Coordenador do Projeto de Pesquisa Planejando a Nação - Política e Desenvolvimento no Pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG) Professor do Curso de Graduação Intercultural Indígena da Universidade Federal do Ceará (UFC) Coordenador do Projeto de Pesquisa A Religião das Estrelas: Cosmologia, Imaginário e Representação do Universo e do Sagrado no Templo Egípcio de Dendera. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6758732326229187>

ABSTRACT

This article describes the stages that led to the creation of the Higher War College and its interconnection with the planning of Brazilian development. The formation of the Higher War College was influenced by the gradual shift in military thinking that began to prioritize the correlation between National Security, the effectiveness of the military apparatus, and Brazil's progress. The experience of the Brazilian Expeditionary Force in the Second World War, alongside armies with advanced technical, scientific, and industrial development, reinforced the understanding of the profound difference between the level of modernization achieved by the Allied nations and Brazil. This gap troubled Brazilian officers, who since the twenties aimed to overcome the scientific and technological distances that separated us from the major industrialized nations. From the outset, the Higher War College sought to imprint an identity that marked and reinforced the idea that it would be an institution responsible for designing and inducing the much-desired development. The large number of topics involving Brazil's development addressed during the academic year, as well as the numerous study trips, some abroad, for example, contributed to the image that the Higher War College would be necessary for national modernization planning.

Keywords: Superior War School; National Security; Brazilian development.

RESUMEN

Este artículo describe las etapas que culminaron en la creación de la Escuela Superior de Guerra (ESG) y su interconexión con la planificación del desarrollo brasileño. La formación de la Escuela Superior de Guerra (ESG) fue influenciada por el cambio gradual en el pensamiento militar que comenzó a priorizar la correlación entre Seguridad Nacional, eficacia del aparato militar y el progreso de Brasil. La experiencia de la Fuerza Expedicionaria Brasileña (FEB) en la Segunda Gran Guerra, junto a ejércitos con un avanzado desarrollo técnico, científico e industrial, reforzó la comprensión sobre la profunda diferencia entre el nivel de modernización alcanzado por las naciones aliadas y Brasil. Esta disparidad incomodaba a los oficiales brasileños, que desde los años veinte aspiraban a superar las distancias científicas y tecnológicas que nos separaban de las grandes naciones industrializadas. Desde el inicio de su funcionamiento, la Escuela Superior de Guerra (ESG) buscó imprimir una identidad que marcara y reforzara la idea de que sería una institución encargada de diseñar e inducir el tan anhelado desarrollo. La gran cantidad de temas relacionados con el desarrollo de Brasil que se trataban durante el año lectivo, los numerosos viajes de estudio, algunos al extranjero, por ejemplo, contribuyeron a la imagen de que la Escuela Superior de Guerra (ESG) sería necesaria para la planificación de la modernización nacional.

Palabras clave: Escuela Superior de Guerra; Seguridad Nacional; desarrollo brasileño

1 INTRODUÇÃO

A criação da Escola Superior de Guerra foi o resultado de profundas transformações que ocorreram no âmbito das Forças Armadas, em particular do Exército. As mais significativas foram a vinda da Missão Militar Francesa em 1919 e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Da Primeira Grande Guerra os militares brasileiros aprenderam apenas instruções teóricas ministradas por militares franceses que nela lutaram. Não tomaram consciência, como na Segunda Guerra Mundial, das engrenagens mortíferas postas em movimento pelo aperfeiçoamento das forças produtivas nas áreas da ciência e da tecnologia.

Apesar do intenso engajamento dos jovens tenentes que se dispuseram a mudar o modelo político republicano durante a década de 1920, suas ideias e projetos acabaram, temporariamente, se diluindo devido às escaramuças que se envolveram.

Mais “filósofos” do que pragmáticos e ainda influenciados pelos ideais positivistas, os militares que aderiram ao movimento tenentista consideravam-se “cientificamente” instruídos e preparados para solucionar os problemas do Brasil.

Se compararmos com outro grupo de militares do mesmo período, certificaremos que esse grupo priorizou e se empenhou, primeiramente, em modernizar o aparelho militar para em seguida se deter sobre a formulação de soluções para atenuar o “atraso” brasileiro. Não por acaso, os oficiais que se envolveram diretamente na organização da Escola Superior de Guerra iniciaram suas carreiras justamente nesse ambiente de profundas mudanças e rupturas na instituição militar brasileira.

Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Góes Monteiro, Golbery do Couto e Silva, dentre outros oficiais, aprenderam com os estrangeiros a importância de organizar as bases da estrutura científica e tecnológica da Nação. Como exprimiu acertadamente Domingos (2007, p. 34):

Os militares franceses introduzem renovações na medicina e na veterinária; formam geógrafos e cartógrafos, unificando os trabalhos nessas especialidades; revelam a importância dos estudos demográficos e do planejamento da infraestrutura de transporte; desenvolvem o interesse pela química e pela metalurgia visando à produção de armamento e munição; introduzem procedimentos estatísticos, sem os quais o serviço militar obrigatório seria inviável; organizam a aviação do Exército e orientam as primeiras regulações da aviação civil; ensinam os princípios administrativos modernos e interferem no envio de acadêmicos franceses fundamentais à criação da Universidade de São Paulo.

2 DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) À ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

A disposição de desenvolver o Brasil não foi monopólio das Forças Armadas, mas, no âmbito militar, assumiu concretude. O contato com os militares estrangeiros, durante a Segunda Guerra Mundial, revelou aos oficiais brasileiros suas próprias deficiências, bem como as carências do Brasil no campo industrial, científico e tecnológico. Essas carências constituíram uma das justificativas para a criação da Escola Superior de Guerra.

De fato, para os militares a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial não representou apenas a defesa da Pátria, da liberdade e da democracia. O General Cordeiro de Farias, comandante de Artilharia da FEB e um dos fundadores da Escola Superior de Guerra, define o efeito causado pela participação brasileira na guerra:

O impacto da FEB foi tal que voltamos ao Brasil procurando por modelos de governo que funcionassem: ordem, planejamento, finanças racionais. Nós não encontramos este modelo no Brasil naquele estágio, mas decidimos procurar meios para encontrar o caminho no longo prazo. A ESG era o meio para isso e a ESG brotou da experiência da FEB (Farias, 1972, p. 21).

A compreensão de que a Escola Superior de Guerra nasceu da experiência da Força Expedicionária Brasileira é partilhada, igualmente, pelo General Golbery:

Os militares da FEB desejavam um desenvolvimento muito rápido para o Brasil. A FEB não foi importante só pela ida à Itália. Possivelmente ainda mais importante foi à visita dos membros da FEB aos Estados Unidos, onde viram em primeira mão uma grande potência democrática e industrial. Foi uma abertura de horizontes. Eu fui e foi um grande impacto: para mim, ficou perfeitamente claro que um País em regime de livre empresa tinha sido bem-sucedido em criar uma grande potência industrial (Golbery *apud* Stepan, 1975, p.176).

Nas percepções dos militares que planejaram a criação da Escola Superior de Guerra, a progressiva modernização de o aparelho militar brasileiro retardava-se devido, em grande parte, às carências em infraestrutura, reflexo das elites civis, indiferentes aos problemas do desenvolvimento e da Segurança do Brasil. O idealizador da ESG, o Marechal Salvador César Obino, expressa essa ideia resumidamente:

A nossa Escola surgiu no momento oportuno, como que refletindo um anseio geral de eliminar os compartimentos estanques em que a Nação se dividia e que impediam o estudo de uma organização eficiente, uma base de confiança e de conhecimento recíproco. As duas guerras mundiais focalizaram a necessidade de um perfeito entendimento entre as elites civis e militares, no sentido de organizar a Nação para sua defesa [...]. No Brasil, o elemento civil estava alheio as necessidades das Forças Armadas. Foi para ligar civis e militares que lançamos a ideia da ESG 9 (Obino, 2003, p. 62-65).

Caberia a Escola Superior de Guerra, em concordância com seus valores, crenças e doutrinas, “educar” as elites no sentido de habilitá-las para fazer do Brasil uma nação desenvolvida. Como consequência de se tornar a legítima interlocutora, no âmbito militar, do debate em torno do desenvolvimento, a Escola Superior de Guerra acabou por aprofundar e estender a politização dos oficiais das Forças Armadas, tornando-os permanentemente politizados, engajados e cientes dos objetivos que deveriam perseguir para concretizar os princípios da ESG em consonância com a defesa e a modernização do Brasil.

Éramos, na época da Segunda Guerra Mundial, uma Nação totalmente dependente em termos de capacidade militar, industrial, tecnológica e científica. Não possuíamos, sequer, um parque industrial capaz de suprir as necessidades básicas de produção bélica, essenciais para fornecer o material de campanha para as nossas tropas da Força Expedicionária Brasileira que lutavam nos Apeninos italianos.

Essa carência técnica do Brasil repercutiu profundamente na Força Expedicionária Brasileira, tanto ao nível dos oficiais quanto dos *pracinhas*. A profunda defasagem entre as Forças Armadas brasileiras e as estrangeiras, envolvidas no conflito, era mais do que evidente. Recorda o General Octávio Costa:

Quando voltamos da guerra, a FEB trouxe o equipamento, então, moderno, com que lutara na Europa. E o resto do Exército ainda estava no lombo do burro, do tempo do francês. Esse foi o primeiro choque. A partir do lançamento da bomba de Hiroshima, em 1945, os americanos começaram a pensar na utilização da arma nuclear também no campo tático. Subverteram todas as suas ideias operacionais anteriores. Conheço isso bem de perto porque estava na ECEME, e via tudo do ponto de vista profissional-militar e não do ponto de vista do político. Então, o que acontecia? Os americanos já não estavam com aquela organização do tempo da Segunda Guerra Mundial. Experimentavam novas organizações na base

da arma atômica, que eles acreditavam iria para o campo de batalha. Começaram a criar divisões pentômicas, quer dizer, divisões com cinco batalhões empregados segundo a doutrina do uso da arma nuclear no combate, não apenas na estratégia. A partir daí, ficamos perdidos. Por quê? Vejam bem: Tínhamos um Exército com uma grande parte ainda no lombo do burro do tempo do francês, um pedaço da organização da Segunda Guerra. Enquanto isso os americanos já estavam pensando numa organização na base da arma atômica (Costa *apud* D'Araujo; Soares; Castro, 1994, p. 96).

O que chama atenção na citação acima é o ambiente onde as motivações de transformar a realidade brasileira foram despertadas. O contexto das guerras modernas, travadas entre estados-nações, é indicado pelo grau de desenvolvimento científico e tecnológico que viabiliza a capacidade do país de torna-se uma grande potência. O pensador italiano Gramsci (1989) sabia dessa singularidade ao afirmar que a medida definitiva para determinar o que deve ser reconhecido como grande potência seria estabelecida pela guerra. “O conceito de grandes potências está estreitamente ligado às guerras” Gramsci (1989, p. 191).

São ou se transformam em grandes potências aquelas nações que na ocasião da celebração da paz conseguem manter relações de força e poder com os aliados, possibilitando-lhe garantir a manutenção dos acordos e dos compromissos firmados no princípio das hostilidades.

Por outro lado, uma nação que se depara com a necessidade de ir à guerra e precisa de empréstimos, fornecimento de armas e munições para os seus guerreiros, meios de transportes para o deslocamento de tropas, ou seja, que não tem capacidade de defesa senão recorrendo a aliados, e mesmo depois da contenda ainda necessite de auxílio financeiro ou de outras formas de ajuda, dificilmente será igual aos seus aliados e terá imensa dificuldade em zelar pela manutenção de acordos.

Uma nação que se encontra nestas circunstâncias teria apenas o status de potência nos documentos diplomáticos, visto que, concretamente, seria identificada apenas como provável fornecedora de matéria-prima e de recursos humanos para a “coalizão que dispõe dos meios não só para sustentar as próprias forças militares, mas financiar aquelas dos outros aliados” (Gramsci, 1989, p. 191). Essa era a situação do Brasil no início de 1950, profundamente dependente e subordinado aos interesses dos estrangeiros.

A concepção do avanço econômico e científico como condição necessária à eficiência da organização militar não era uma ideia que surgiu dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. O capitalismo em formação, aliando-se à ciência vinha, principalmente a partir do século XVI, alterando o modo como as sociedades se organizavam para resolver as suas rivalidades nos campos de batalha.

A análise das consequências sociais, econômicas e políticas das inovações tecnológicas na arte da guerra, na modernidade em ascensão, não foram desprezadas quando Anderson (1989, p. 21) se debruçou sobre a formação do Estado moderno, destacando que o “desenvolvimento do canhão de bronze fundido fez da pólvora, pela primeira vez, a arma decisiva na arte da guerra, tornando anacrônicas as defesas dos castelos senhoriais”. Contudo, nos dois conflitos mundiais do século XX, a capacidade de destruição aumentou extraordinariamente devido à aplicação da ciência e da tecnologia aos instrumentos de matança.

Os militares da Escola Superior de Guerra tinham consciência de que a partir da Segunda Guerra Mundial os conflitos exigiriam cada vez mais conhecimento científico e tecnológico, e os países que desejassem alcançar certa autonomia e hegemonia no novo cenário mundial deveriam investir maciçamente na formação de uma estrutura que congregasse ciência e tecnologia. Estas foram as ideias expressas pelo Tenente-Coronel Idálio Sardenberg para a turma de militares que fizeram o Curso Superior de Guerra, na ESG, em 1952:

A II Grande Conflagração foi uma guerra de ciência aplicada. Quase todas as possibilidades científicas conhecidas foram exploradas para a aplicação de conhecimento teórico à arte da guerra. Uma vasta quantidade de novos engenhos foi concebida, experimentada e posta em serviço. As armas modernas, quando empregadas contra uma nação que não possuía meios correspondentes de defesa, são em verdade aterradoras e tornam irrisória qualquer tentativa de defesa. Nós, por exemplo, aqui no Brasil, estamos colocados face às nações possuidoras de armas atômicas e forte aviação, na situação de índios que houvessem de enfrentar, armados de arco e flecha, tropas providas de toda a gama de armas de fogo; são eras diferentes e não há recurso algum capaz de sobrepujar a imensa diferença que entre elas existe. As coisas se passam, porém, de modo diverso quando se defrontam dois contendores igualmente capazes de manejar e produzir, em quantidade, esses novos engenhos (Sardenberg, 1952, p. 7).

Os militares que criaram a Escola Superior de Guerra não se contentariam mais em ser apenas atores coadjuvantes no contexto da Guerra Fria. Para este grupo de oficiais, o Brasil deveria deixar de ser apenas uma Nação fornecedora de mão de obra guerreira e de produtos agrícolas para se tornar um País moderno e altamente desenvolvido.

Efetivamente, a criação da Escola Superior de Guerra se deveu ao estreitamento das relações entre as Forças Armadas brasileiras e as dos Estados Unidos. Após a FEB, os acordos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos

se intensificaram. A proposta de criação da ESG coincidiu com as visitas de oficiais brasileiros as instalações militares dos Estados Unidos.

Antes da nomeação do Marechal Cordeiros de Farias como organizador da ESG, oficiais, sob o comando do General Salvador César Obino, haviam frequentado o National War College, ocasião em que se estabeleceu um acordo de cooperação militar, cujo um dos objetivos seria o envio de uma missão militar americana com o intuito de orientar a instalação da Escola Superior de Guerra, seguindo os moldes do National War College.

Em 1956 a ESG recebeu a visita de um grupo de militares norte-americanos do National War College, que vieram ao Brasil conhecer o funcionamento da instituição que ajudaram a criar. Foram informados dos objetivos da ESG nos seguintes termos:

The Escola Superior de Guerra, which is similar to your National War College, attended by both civilian and military, it aims especially at: (1) Establishment of a doctrine of National Security. (2) Formulation of a policy of National Security. (3) The elaboration of a technique of planning for National Security in the high echelons of the government (Escola Superior de Guerra, 1956).¹

A ESG não foi influenciada apenas pelo National War College. Assimilou, também, traços da congênere francesa:

Buscando seu modelo básico no National War College dos Estados Unidos, não se olvidaram, contudo, os organizadores da nossa ESG de estudar também a Escola do mesmo gênero, pioneira em todo o mundo, criada na França, em 1936, antes mesmo da Segunda Guerra, por inspiração do famoso Almirante Castex, preocupado então, quase que obsessivamente, com o problema que ele chamava de “unidade da guerra”, a exigir o estudo conjunto de civis e militares da mais alta projeção na comunidade nacional, não somente durante o decurso do conflito armado, mas igualmente nos períodos de tensão, e não somente quanto aos aspectos exclusivamente militares, mas de igual modo em relação aos aspectos políticos, econômicos, sociais e científicos (Fragoso, 1972, p. 22).

No entanto, a influência norte-americana foi marcante. A experiência da FEB contribuiu, profundamente, no sentido de definir as percepções da ESG de modo a

1 A Escola Superior de Guerra, semelhante à americana, Escola Nacional de Guerra, frequentada tanto por civis como por militares, visa especialmente: (1) Estabelecimento de uma doutrina de Segurança Nacional. (2) Formulação de uma política de Segurança Nacional. (3) A elaboração de uma técnica de planejamento da Segurança Nacional nos altos escalões do governo (Escola Superior de Guerra, 1956).

desenhar a política de Segurança Nacional em termos da disputa bipolar envolvendo os Estados Unidos e a União Soviética. Alinhando-se ao paradigma de sociedade da primeira nação citada, a ESG transmitia, através da Doutrina de Segurança Nacional, visões de mundo que reforçavam as estruturas de organização que davam suporte à sociedade democrática e de livre mercado.

Assim, as formulações da Escola Superior de Guerra acerca do modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria adotar eram norteadas a partir da lógica do fortalecimento do estado brasileiro e do aprofundamento do liberalismo econômico.

Não é de estranhar que, ao visitarem a Escola Superior de Guerra em 1962, o grupo do *Industrial College of the Armed Forces* tenha inquirido, logo na primeira pergunta que deu início aos debates envolvendo oficiais brasileiros e norte-americanos, qual era a posição do Brasil em relação aos investimentos de capital privado, dos estrangeiros, no tocante ao desenvolvimento.

1. Apparently one of the principal uncertainties in the current and prospective economic situation is Brazil's future attitude toward foreign private investment. What do you consider should be the role of foreign private investment in Brazil's future economic and industrial development?
2. Given Brazil's acute need foreign exchange and its interest in the growth of heavy industry, does the School (ESG) consider current Brazilian attitudes toward foreign capital investment in mineral development – particularly iron ore justified?
3. How does the School (ESG) believe that private domestic and foreign enterprise might best assist in attaining the goals of economic and social reform as envisaged by the Alliance for Progress program? (Escola Superior de Guerra, 1962, p. 1).

As respostas dos membros da Escola Superior de Guerra às perguntas dos militares norte-americanos corresponderam às ideias que os *esguianos* transmitiam acerca de como deveria ser o modelo de desenvolvimento brasileiro, profundamente vinculado aos avanços do sistema capitalista.

País com um estoque de capital não suficiente para as suas necessidades de expansão, é natural que o Brasil deseje o ingresso de capital estrangeiro. O papel do investimento estrangeiro será, portanto, o de suprir essas carências, devendo ser encaminhado para setores onde possa oferecer maior contribuição à economia do país. Nesse sentido, aliás, manifestou o Sr. Presidente da República, durante sua visita aos EUA, a intenção do Governo Brasileiro de assegurar plenas garantias aos investimentos estrangeiros. O Presidente da República acordou com o Presidente dos Estados Unidos quanto

à necessidade de rápida execução de medidas necessárias a tornar efetiva a “Aliança para o Progresso”. Essas medidas compreendem programação nacional para a concentração de recursos em objetivos de alta prioridade no terreno do progresso social e econômico; reformas institucionais, inclusive a reforma da estrutura agrária; reforma fiscal e outras, exigidas para que seja assegurada uma ampla distribuição dos frutos do desenvolvimento entre todos os setores da comunidade. As metas previstas na “Aliança para o Progresso” são metas que o Governo Brasileiro também pretende realizar dentro dos objetos do plano nacional. Se o planejamento do Governo do Brasil for aceito pelo dos Estados Unidos, este poderá auxiliar, no que entender, a sua execução. A iniciativa particular, seja ela nacional ou não, poderá também colaborar ponderável e eficientemente na consecução de tais metas (Escola Superior de Guerra, 1962, p. 5).

De acordo com as citações acima, percebe-se que o interesse dos enviados do *Industrial College* à ESG girava em torno do modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria aderir. O contexto político de bipolarização do mundo implicava a escolha da posição do Brasil. Para a ESG não havia dúvidas de que o modelo ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos, se adequava aos “interesses estratégicos do poder nacional”.

Uma opção alternativa de sociedade e de desenvolvimento não foi cogitada na Escola Superior de Guerra. Desse modo, o propósito da ESG foi o de formular e transmitir uma doutrina de Segurança Nacional orientando-a a partir do desenvolvimento capitalista através do aperfeiçoamento de quadros da administração pública e privada, ou como definiu o General Cordeiro de Farias:

Suprimir o problema ideológico por intermédio da educação das elites esclarecidas e, antes de tudo, das que têm por missão plasmar o caráter e formar a cultura da nossa mocidade, e capazes de esclarecer a sociedade brasileira da difícil hora em que vive o mundo (Farias, 1949, p. 49).

3 OS FUNDADORES DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Os militares que criaram a Escola Superior de Guerra estavam profundamente comprometidos com o desenvolvimento do Brasil. Detinham experiências e práticas políticas que ultrapassavam, na maioria das vezes, os muros dos quartéis.

A trajetória política e profissional do organizador e primeiro comandante da ESG, o Marechal Cordeiro de Farias, foi a mais notória. Na década de 1920, por conta de suas crenças políticas, rompeu com a hierarquia e a disciplina militar e

aderiu aos tenentes rebeldes, alcançando uma das lideranças da Coluna Prestes. Participou, ainda, ativamente da Revolução de 1930.

Ao retornar da Itália, como comandante de artilharia da Força Expedicionária Brasileira (FEB), participou dos acordos que destituiu Getúlio Vargas do poder, em 1945. Inquieto com os problemas que obstruíam o desenvolvimento do Brasil priorizou, quando comandante da ESG, a análise dos obstáculos que retardavam o desenvolvimento do País.

A crença do Marechal Cordeiro de Farias da necessidade de estimular o debate acerca do desenvolvimento foi decisiva no momento inicial de constituição da ESG. “Confrontado” pelos oficiais norte-americanos, que estavam no Brasil para supervisionar a montagem da ESG de acordo com a imagem e semelhança do National War College, Cordeiro de Farias os convenceu de que os problemas que afetavam o Brasil residiam na escassez de infraestrutura, e não no entendimento da política externa global.

O National War College, sediado em Washington, foi criado em 1º de julho de 1946 para coordenar o ensino ministrado por órgãos governamentais norte-americanos envolvidos em questões militares. Era uma instituição de estudos para o aprimoramento intelectual dos oficiais das Forças Armadas dos Estados Unidos. Espaço onde se analisavam os problemas concernentes à modernização do aparelho militar e se discutia a conjuntura internacional.

Os oficiais brasileiros que passaram pela National War College perceberam a necessidade de criar uma escola nos mesmos moldes no Brasil. Retornaram ao País com a convicção de que a criação de uma instituição de altos estudos em Segurança Nacional seria imprescindível. No entanto, teria como foco a análise do posicionamento do País no cenário internacional e os problemas do desenvolvimento. Stepan (1975, p. 129) sintetizou o papel de Cordeiro de Farias na definição das características da ESG do seguinte modo:

Ao general Cordeiro de Farias foi confiada a tarefa de desenvolver o tema e a organização da escola no Brasil. Após gastar a maior parte do ano de 1948 e parte de 1949 nesta tarefa, ele recomendou uma escola padronizada segundo o modelo da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, mas diferente em dois aspectos. Os Estados Unidos, ele argumentava, eram um país desenvolvido; assim, sua preocupação fundamental residia na mobilização dos recursos para a guerra. Esta tarefa era atribuída à Escola Industrial das Forças Armadas. Quanto à Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, sua principal tarefa dizia respeito à política externa. No entanto, na opinião de Cordeiro de Farias, a questão de uma Força Armada forte, num país em desenvolvimento como o Brasil, não podia separar-se da educação, indústria ou agricultura. Adivinhou, portanto, que

na Escola de Guerra brasileira, as funções da Escola Industrial das Forças Armadas dos Estados Unidos e da Escola Nacional de Guerra fossem combinadas e, além disso, que a ênfase sobre os aspectos internos do desenvolvimento e da segurança fosse maior que a escola similar dos Estados Unidos.

Por isso a ESG deveria, em sua montagem, se concentrar no exame e avaliação das dificuldades estruturais do Brasil. Assim, o estudo da Segurança Nacional passaria primeiro pela análise dos obstáculos que retardavam a modernização do País. A memória de sua reflexão no sentido de focalizar o potencial da futura instituição em assuntos envolvendo a temática do desenvolvimento nacional foi preservada por Camargo e Góes (1981, p. 417):

Defendia a tese de que a ESG, como um centro de estudos, não poderia deixar de se ligar profundamente aos alicerces nacionais [...]. Dizia a eles [os oficiais americanos]: não temos tempo a perder com questões que não constituem nossa prioridade principal. No momento nós não temos o adiantamento dos Estados Unidos para justificar esses estudos. Já havia conseguido do general Obino a permissão de adiar para 1950 o início das atividades da ESG. Nesse período, programei uma viagem pelo Brasil para os três. Foram à Amazônia, ao Nordeste, conheceram o rio São Francisco, visitaram as indústrias de São Paulo e do Rio, e chegaram até o Rio Grande. Quando voltaram, me deram inteira razão.

O General César Obino, Chefe do Estado-Maior do Exército no momento de criação da ESG, não se envolveu na movimentação tenentista, porém durante seu itinerário profissional assumiu altas funções na burocracia militar.

Em 1943 ocupou o cargo de Diretor de Ensino do Exército e era membro, em 1947, de comissão encarregada de opinar sobre o anteprojeto de lei reguladora das concessões de refinarias de petróleo. Tornara-se integrante do Conselho de Segurança Nacional e, paralelamente, se elegeu presidente do Clube Militar em 1946, ocasião em que o Clube se envolveu nos debates acerca da política de petróleo.

Idálio Sardenberg, como primeiro-tenente, aderiu à Aliança Liberal, movimento político que lançou a candidatura de Vargas à presidência e articulou a Revolução de 1930. Lutou ao lado das forças revolucionárias no Paraná. Foi deputado na Constituinte de 1934, representando o Paraná na “Comissão dos 26”, encarregada de formular proposições à nova Constituição. Foi nomeado presidente da Petrobrás durante o governo de Juscelino Kubitschek. Beloch e Abreu (1984, p. 3098) descrevem alguns de seus feitos à frente da estatal:

Durante sua gestão, foram feitas obras de vulto, como a construção de novas unidades na refinaria Landulfo Alves, na Bahia, da refinaria Duque de Caxias, no estado do Rio, do terminal da Ilha D'água, no estado da Guanabara, do terminal Madre de Deus, na Bahia, da Fábrica de Borracha Sintética, em Duque de Caxias, e do oleoduto da Ilha D'água, na refinaria Duque de Caxias. Além disso, conseguiu a elevação ao dobro da capacidade da refinaria de Cubatão.

O grupo de militares que contribuiu com o estabelecimento da ESG se encerra com os oficiais Juarez Távora, Golbery do Couto e Silva e Jurandir Bizarria Mamede. O Marechal Juarez Távora, o segundo comandante da ESG, possuía longa carreira revolucionária, participando de todos os levantes tenentistas na década de 1920 e da Revolução de 1930. Foi indicado por Getúlio Vargas para ocupar o cargo de ministro da “Viação e Obras Públicas” e, posteriormente, delegado militar junto às interventorias no Norte e Nordeste, desde o estado do Acre até o estado da Bahia (Beloch; Abreu, 1984).

Em maio de 1932, a convite de Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, Juarez Távora passou a integrar a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, e em dezembro do mesmo ano, foi convidado por Vargas, em 1933, para a pasta da Agricultura.

Como ministro da Agricultura criou a Diretoria de Expediente e Contabilidade e as “Diretorias Gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas”. Entre os diversos órgãos criados sob sua gestão incluem-se, ainda: o Instituto Tecnológico, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a Diretoria de Estatística e Publicidade, o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Instituto de Biologia Animal, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, o Entreposto de Pesca do Distrito Federal, a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária (Távora, 1974).

Em 1947, participou ativamente dos debates no Clube Militar acerca da orientação a ser conferida à política do petróleo, travando uma polêmica com o General Júlio Caetano Horta Barbosa. O Marechal Juarez Távora expressou seu pensamento sobre o tema em três conferências nos Clubes Militar e Naval (Távora, 1955).

De acordo com seu posicionamento, a política do petróleo deveria ser considerada sob o ponto de vista de colaboração internacional, cabendo ao Brasil entregar a exploração do mineral às empresas estrangeiras. Seu argumento se fundamentava não só em virtude da inexistência de recursos financeiros nacionais, mas principalmente em termos de estratégia militar, como condição de garantir a Segurança Nacional contra o avanço comunista.

Envolvido profundamente com os problemas que impediam o avanço do desenvolvimento brasileiro, o Marechal Juarez Távora escreveu diversos livros onde

formulou propostas no sentido de superar as deficiências em infraestrutura. Em “Organização para o Brasil” recomenda:

- 1) A criação, produção ou aquisição da técnica e dos bens de capital de que necessita o país para impulsionar eficientemente bem seu progresso material;
- 2) o desenvolvimento harmônico da produção agrária e da industrial e de seus fatores circunstanciais – energia e transportes;
- 3) Formação extensiva e intensiva de mão-de-obra agrária qualificada, através de cursos profissionais elementares, realizáveis dentro ou ao lado das escolas primárias rurais;
- 4) Concessão de assistência técnica ao alcance de todos os produtores e segundo suas atividades, aí incluindo as regras de respeito elementar à natureza;
- 5) Concessão de facilidades, pelos governos – especialmente o federal e os estaduais – para a mecanização extensiva das atividades agrárias, para a irrigação de áreas apropriadas e para a correção e adubação dos solos de cultura e de criação;
- 6) Reequipamento razoável de nossos transportes – a começar pelos ferroviários e aquaviários – para que possam escoar, em tempo útil e em condições econômicas.
- 7) Garantia dos suprimentos indispensáveis de energia – sobretudo eletricidade e combustíveis – sem os quais nem se movem os transportes, nem se acionam as atividades agrárias mecanizadas e as industriais, em geral (Távora, 1959, p. 212-213).

A determinação do Marechal Juarez Távora em pensar o desenvolvimento do Brasil incidia, também, na área da ciência avançada. Envolvido nas discussões sobre a produção de energia nuclear, teceu encaminhamentos apregoando a necessidade de investimentos na área científica. Em “Átomos para o Brasil” preconizou:

- a) A preparação intensiva de cientistas, técnicos e especialistas nos diversos setores da energia nuclear;
- b) Apoio à indústria nacional, condicionando ao programa de utilização da energia nuclear, e abrangendo a pesquisa, lavra, beneficiamento e refino de nossos minerais atômicos, aí incluído o urânio;
- c) Produção no país e no mais curto prazo, de combustíveis nucleares, a partir da produção nacional de metais nuclearmente puros (Távora, 1958, p. 290).

Enquanto o Marechal Juarez Távora se destacava nos debates envolvendo a modernização do Brasil na área de infraestrutura, o General Golbery do Couto e Silva preparava, durante a organização da Escola Superior de Guerra, o quadro ideológico que iria balizar o pensamento de setores expressivos do aparelho militar brasileiro, bem como a lógica da política de desenvolvimento dos governos militares.

Golbery já havia sido membro da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SGCSN) em 1937 e do Estado-Maior do Exército (EME), em 1947. Após cursar a ESG, tornou-se membro do Corpo Permanente e adjunto do Departamento de Estudos da Escola em 1952.

Encontrou espaço e condições para a reflexão acerca das bases teóricas que possibilitaram a constituição da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que apregoava a necessidade de promover o desenvolvimento do Brasil como requisito a eficiência da Segurança em relação à ameaça estrangeira ou “subversiva”.

A partir da formulação da Doutrina de Segurança Nacional, o General Golbery (1981) propôs o desenvolvimento imediato do Brasil. A preparação para a guerra ficaria subordinada ao aperfeiçoamento da capacidade científica, tecnológica e industrial da sociedade brasileira. Na primeira orientação que o General Golbery redigiu sobre o planejamento da Segurança Nacional, que serviria de referência às formulações da doutrina da ESG, afirmou:

As relações entre os Estados se expressam hoje, com clareza nunca igualada antes, em múltiplas equações dimensionais de poder, e poder é, por si mesmo, como todos sabemos, um complexo que largamente extravasa do âmbito restrito das forças armadas para o campo psicossocial, o político e, sobretudo, o econômico nesta fase histórica de alta mecanização e tecnicidade da guerra [...]. Trata-se na verdade mais precisamente de uma elevação do potencial do que de fortalecer o poder nacional, por mais que sejam estas duas funções estreitamente dependentes uma da outra; de fato, o que interessará em muitos casos será aumentar as possibilidades de um poder futuro maior sem que admita como inevitável a necessidade da exploração efetiva dessas possibilidades – assim, por exemplo, quando ao instalar uma fábrica de geladeiras ou máquinas de costura se prevê a mobilização das mesmas para a produção de material bélico ou, também, ao equipar uma linha de produção de motores se encaram as possibilidades de sua expansão, caso necessário, pelo trabalho contínuo em turnos, etc. (Couto; Silva, 1954 *apud* Golbery, 1981, p. 40).

O General Jurandir de Bizarria Mamede teve proeminente atuação nos desdobramentos que conduziram a criação e consolidação da ESG, e desde a

conclusão do curso na Escola Militar do Realengo não se distanciou das atividades que exigiam o engajamento político.

Endossou a sublevação dos tenentes e conspirou a favor do movimento que destituiu o presidente Washington Luís em 1930. Engajou-se no contingente de brasileiros que lutou na Itália e, após a guerra, participou intensamente do grupo que planejou a candidatura, pela União Democrática Nacional (UDN), do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.

No período em que era adido militar do Estado-Maior do Exército, integrou o grupo que planejou a criação da Escola Superior de Guerra, sendo convidado, em 1950, para compor o quadro de instrutores da Escola. No mesmo ano o encontramos na chapa encabeçada pelo comandante da ESG, Cordeiro de Farias, que disputou a presidência do Clube Militar contra a corrente liderada por Estilac Leal e Horta Barbosa. Em 1967 assumiu a chefia do Departamento de Produção e Obras do Exército, incumbido de dirigir as atividades de construção, ampliação e reforma relacionada a obras militares (Beloch; Abreu, 1984).

Percebe-se que a trajetória dos militares que criaram a Escola Superior de Guerra foi de comprometimento com os meandros do desenvolvimento brasileiro. Eram todos oficiais competentes, impregnados de uma mentalidade profissional forjada, principalmente, pela Missão Militar Francesa e a participação na Segunda Guerra Mundial. Detinham estreitas vinculações com as instituições militares dos Estados Unidos e possuíam firmes convicções quanto à necessidade de desenvolver a Nação.

Representavam o grupo mais organizado, ciente dos objetivos que almejava e imbuído de um “espírito de corpo” que favorecia a unidade, além de serem os militares que possuíam as melhores relações com as elites civis. Possuíam, conseqüentemente, experiência de gestão e organização no manejo da prática burocrática, talento intelectual e político, qualidades estas que foram de grande importância para o estabelecimento da ESG.

Os fundadores da Escola Superior de Guerra se enquadrariam no papel de “intelectuais orgânicos” de o aparelho militar brasileiro. Alcançaram e consolidaram tal posição devido ao fato de construírem um espaço de produção e reprodução de suas concepções de mundo através da “educação” de outros grupos de oficiais, despertando-lhes a percepção de que o preparo para a guerra moderna exigia o aprimoramento da capacidade produtiva do País, ao mesmo tempo em que evocavam o papel de relevo da ESG na interpretação dos problemas sociais, culturais, econômicos e políticos do Brasil.

4 NESTA CASA ESTUDAM-SE OS DESTINOS DO BRASIL

Inspirada no National War College dos Estados Unidos, a Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949 e tinha como objetivo a formação de oficiais superiores e de civis “de notável competência e atuação relevante na orientação e execução

da política nacional” (Fragoso, 1971, p. 2). Objetivamente, visava preparar uma elite militar e civil tendo em vista habilitá-los para o exercício de funções de direção e assessoria em órgãos responsáveis pela formulação da política de Planejamento da Segurança Nacional.

A regulamentação da ESG foi estabelecida um ano antes, através do Decreto 25.705, de 22 de outubro de 1948. De acordo com o Artigo 1º do referido Decreto, a ESG deveria ser a instituição militar responsável pelo curso de Alto Comando, extensivo aos oficiais da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Os Artigos restantes encarregavam o Estado-Maior Geral (futuro Estado-Maior das Forças Armadas) de organizar a ESG, e submeter à apreciação da Presidência da República, no prazo de 120 dias, os princípios que orientariam o funcionamento da Escola. Esta “missão” foi confiada ao então Tenente-Coronel Idálio Sardenberg.

Uma das etapas de concretização do programa de organização da Escola Superior de Guerra se iniciou em Curitiba, no ano de 1948, quando o General Cordeiro de Farias, então comandante da Região Militar do Paraná e de Santa Catarina, recebeu por intermédio do Tenente-Coronel Idálio Sardenberg, enviado ao Sul do País por ordem do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Salvador César Obino, a missão de organizar uma instituição militar de ensino nos moldes do National War College, dos Estados Unidos.

Sob a chefia de Cordeiro de Farias foi constituída, a 17 de janeiro de 1949, uma comissão de militares para a produção do anteprojeto de regulamento da ESG. Paralelamente, os integrantes da referida comissão passaram a analisar o modelo organizacional de outras instituições militares congêneres, especialmente o *National War College* e o *Institute de Hautes Études de la Défense Nationale*, de Paris. Criada antes da análoga norte-americana, a instituição francesa já possuía, como uma de suas características, a presença de civis entre seus alunos.

Em ambas as instituições consideradas, havia o interesse em se especializarem como centro de estudos de planejamento e Segurança Nacional, balizando-se pelas experiências e efeitos das duas guerras mundiais que assolaram a Europa, ou como especificou Mazower (2001), irromperam no “continente sombrio”.

Tanto a França quanto os Estados Unidos eram nações que experimentaram desmedido esforço em todos os ramos de atividade produtiva, e que já detinham quadros militares e civis capacitados em avaliar a extensão do panorama nacional em termos estratégicos. No *Hautes Études de la Défense Nationale*, dois terços dos alunos eram formados por elementos civis, enquanto no *National War College* a sua presença era não só garantida, como incentivada (Stepan, 1975).

Outra característica que chamou atenção dos militares brasileiros foi a didática e a metodologia de trabalho naquelas instituições estrangeiras. A relação entre professor-aluno, nos moldes tradicionais, foi posta de lado em detrimento do trabalho em grupo. Este era focado na produção de análises escritas e orais, avaliação de estudos de caso e situações que envolviam a Segurança Nacional e os

meios de aprimorar o desenvolvimento das potencialidades econômicas, militares, científicas e tecnológica da nação. Esta metodologia foi aplicada à Escola Superior de Guerra (Fragoso, 1971).

A convicção dos militares que criaram a ESG, de que seriam os “eleitos” que conduziram o Brasil rumo ao desenvolvimento, denotava que o militar brasileiro não apenas possuía uma imagem de si como sujeito histórico, mas se enxergava como símbolo vivo da consciência e das aspirações nacionais. Como afirma Eliade (2002, p. 09) “as imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser”.

As modalidades secretas do ser, no caso dos militares da Escola Superior de Guerra, refletem o peso da corporação na formação de suas percepções e atitudes. No instante que deslocamos o profissional fardado do eixo comum das demais profissões, desobedecendo às orientações teóricas de Huntington (1996, p. 37), que o julga profissionalmente igual a exemplo do advogado e do médico, é que compreenderemos as práticas, as ideias e os valores que perfazem o “ser militar”.

De fato, nenhuma outra profissão reforça com tanta eficiência o motivo de sua existência e faz desse motivo um valor próximo do “sagrado” quanto à profissão das armas. As crenças e os valores que a sustentam se baseiam em um universo simbólico capaz de anular a individualidade e fortalecer a coletividade.

O único sentimento capaz de agir de modo tão eficaz no corpo social é o nacional, e este foi um dos motivos que engendrou a criação da Escola Superior de Guerra. Um dos idealizadores da ESG assim se expressou:

São os seguintes os princípios fundamentais que orientaram a concepção de um instituto de altos estudos relacionados com a Segurança Nacional, da qual nasceu a ideia da Escola Superior de Guerra: Princípio 1. A Segurança Nacional é uma função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar. Este princípio significa que o caminho para se conquistar a Segurança Nacional consiste em se promover o desenvolvimento geral da Nação, expressão que compreende três aspectos: demográfico, econômico e financeiro. Os órgãos responsáveis pela Segurança Nacional têm o dever de zelar pelo desenvolvimento do potencial da Nação. Princípio 2. O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência. Reconhece-se neste princípio o fato real do desenvolvimento do Brasil, o qual não se encontra estagnado e sim retardado, isto é, processando-se segundo ritmo lento, motivado por óbices que não são intransponíveis. Princípio 3. O desenvolvimento do Brasil depende da remoção dos óbices que o entravam, de modo a se obter uma aceleração do ritmo (Sardenberg, 1949, p. 3).

Outra prioridade da Escola Superior de Guerra era contribuir na capacitação de quadros da administração pública e privada. Assim se referiu, em 1949, o General-de-Exército Salvador César Obino, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no primeiro documento referente à organização, instalação e funcionamento da ESG, intitulado “Dados para Justificação da Mensagem Presidencial Encaminhando o Projeto de Concessão das Verbas Necessárias à Organização, Instalação e Funcionamento da Escola Superior de Guerra”:

Esse resumo dos três primeiros artigos do anteprojeto de regulamento é suficiente para mostrar o seu revelo no seio das organizações governamentais e de ensino, e a importância que irá assumir para todas as atividades ligadas a segurança nacional, não só os resultados que serão obtidos pelo estudo objetivo e impessoal de todos-os problemas nacionais por parte da mais alta classe de alunos que se poderia reunir, como do exercício de suas atividades futuras em cargos dos mais elevados escalões governamentais: oficiais gerais, diplomatas, engenheiros, coronéis das Forças Armadas, funcionários, industriais, economistas, financistas e todas as demais pessoas que tenham ou possa a vir a ter a responsabilidade de planejamento e direção. As vantagens que advirão para a formulação e execução da política nacional serão ainda mais apreciáveis quando a futura Escola Superior de Guerra, pela continuidade de seus trabalhos e através da formação de turmas sucessivas, puder estabelecer um método racional de análise dos fatores que condicionam o conceito estratégico e uma doutrina político-militar de segurança nacional (Sardenberg, 1949, p. 5).

O primeiro comandante da Escola Superior de Guerra, o Marechal Cordeiro de Farias, exprimiu, também, qual foi o principal objetivo da Escola:

O que a ESG faz é dar em seus estagiários um banho de Brasil. Era o estatístico, o sanitarista, o economista, o engenheiro rodoviário, o especialista em hidrelétrica ou em minérios. Durante o curso, eles passam um período de dois meses visitando o país: diferentes regiões, instalações industriais, hidrelétricas etc. A ideia de desenvolvimento passou a ter maior peso depois de 1964, mas já estava presente desde o início da Escola. O currículo propunha o estudo de diferentes problemas brasileiros e os grupos de trabalho debatiam suas possíveis soluções. Não era para o governo. A ESG jamais teve – antes como agora – qualquer função de assessoria governamental. Nada impedia, porém, que

as autoridades solicitassem o estudo de determinados temas. Assim é que a Escola vem estudando, desde o início, problemas de energia, comunicação, transporte, saúde pública, educação, industrialização etc. A cada ano, dávamos ênfase a um tema. Nos primeiros tempos, procuramos ainda formar um quadro geral das condições de desenvolvimento do país, inclusive de viagens pelo Brasil. Essas viagens tinham como objetivo permitir que as pessoas se aproximassem de uma realidade que mal conheciam (Camargo; Goes, 1981, p. 419).

De fato, os militares que se envolveram nas duas guerras mundiais, principalmente na derradeira, assimilaram a ideia de que as contendas futuras seriam decididas através da capacidade de envolvimento de toda a nação no manejo e planejamento dos recursos humanos e técnicos.

Em 1969, ao rememorar as consequências da Segunda Guerra Mundial para a constituição da Escola Superior de Guerra, o Marechal Cordeiro de Farias assim se manifestou:

De todas as denominações dadas nos vários países, para o preparo dos quadros no planejamento nacional, têm conotação guerreira, não porque se dediquem aos estudos militares, mas pelo fato de ter a ideia surgida pela experiência da Segunda Grande Guerra. Depois de terminada a guerra, as reflexões a que ela deu lugar iriam concluir que, na obra de restauração que cada Estado teve de enfrentar, para resguardar os seus destinos e defender a sua soberania, os poderes econômicos, social e político, sobrelevaram o poder militar. Este seria sempre uma decorrência daqueles, pelo que a Segurança Nacional, entendida em termos permanentes e bem mais amplos, deveria transcender os aspectos militares da problemática nacional, sem deixar de abrangê-los e considerá-los como parte do seu todo (Farias, 1969, p. 8).

A intensidade e o alcance cada vez maiores das guerras modernas, sustentadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, passaram a exigir a capacitação intelectual não só dos soldados, mas de civis capazes de contribuir com “o esforço de guerra”.

O Marechal Cordeiro de Farias destacou, ao discorrer sobre o contexto que ensejou a criação da ESG, que a Segurança Nacional não seria mais responsabilidade apenas dos militares: seria um compromisso compartilhado pelos civis, pelo aperfeiçoamento da produção e pela eficiência do trabalho. Eis outro fragmento de seu discurso na Aula Inaugural da ESG em 1969:

A mobilização, encarada sob esse novo aspecto, transcende das funções de órgãos especializados de ministérios específicos, para ser função do Governo em seu conjunto, pressupondo-o servido por uma organização adequada a esse fim. É que se trata, agora, não mais de mobilizar somente aqueles que desempenharão uma função propriamente na batalha, mas – organizar, orientar e conduzir as forças totais da Nação. A Segurança Nacional, hoje, diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite, pelos seus homens de negócios e pela sua massa, compreender seu papel permanente no conjunto de esforços de toda a natureza, para que o país possa resolver, no caso de um conflito, os problemas relativos à sua própria sobrevivência. De fato, a Segurança Nacional repousa, antes de tudo, em uma organização adequada de Governo, em que o planejamento seja a preocupação maior. Desse planejamento geral surgirá um incremento da economia, tomada em seu sentido mais amplo, e de onde emergirá final e naturalmente, uma organização sólida para as classes armadas. Um programa de segurança completo deve cogitar do emprego eventual de todos nossos recursos econômicos, do emprego dos homens de ciência, tanto da massa dos homens e do armamento (Farias, 1969, p. 9).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da FEB, o estreitamento das relações com os militares norte-americanos e a ida de oficiais aos EUA com a finalidade de conhecer a organização de sua estrutura produtiva, que possibilitara a vitória aliada no Ocidente, despertou, nos militares brasileiros, a ideia de que seria exequível, ao Brasil, alcançar um alto nível de desenvolvimento. Tal efeito concorreu para que a criação da ESG tivesse o objetivo de analisar as possibilidades de o Brasil alcançar a posição de grande potência mundial.

A Escola Superior de Guerra foi fundada com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os problemas brasileiros e propor soluções, priorizando o desenvolvimento da infraestrutura industrial, científica e tecnológica, tendo como pano de fundo a formulação de uma política de Segurança Nacional.

É notório o envolvimento dos militares nos principais acontecimentos do País desde o Império. Todavia, até a criação da ESG, as intervenções da caserna na arena política visavam cumprir objetivos específicos e limitados. Apesar do intenso engajamento na condução dos destinos da Nação, faltava, aos militares, um modelo de desenvolvimento nacional fundamentado em princípios ideológicos, teóricos e pragmáticos.

Para os oficiais que contribuíram com a instalação e formação do pensamento da ESG – Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Salvador César Obino, Golbery do Couto e Silva, Idálio Sardenberg –, o Brasil já detinha algumas características que viabilizariam sua transformação em uma Nação desenvolvida, tais como: grande dimensão territorial, localização geográfica privilegiada, abundância de recursos naturais. Faltava, no entanto, planejar um modelo de desenvolvimento que privilegiasse o aperfeiçoamento científico e tecnológico, a modernização industrial e o crescimento econômico, favorecendo a política de Segurança Nacional. A criação da Escola Superior de Guerra se encarregaria de preencher essa lacuna.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 64*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

DOMINGOS, Manuel. Gamelin, o modernizador do exército: tesões mundiais. *Revista do Observatório das Nacionalidades*, Fortaleza, 2007.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Visit of the national war college group. [S.l.: s.n.], 1956. [Arquivo da ESG S/I-56/NWC].

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Visita do industrial college of the Armed Forces: debates*. [S.l.: s.n.], 1962. [Arquivo da ESG I-06-62].

FARIAS, Marechal Cordeiro de. *A Longa Marcha: visão*. [S.l.: s.n.], 1972.

FARIAS, Marechal Cordeiro de. *Aula Inaugural*. [S.l.: s.n.], 1969. [Arquivo da ESG C-12-69].

FARIAS, Oswaldo Cordeiro. Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 1949. [Arquivo da ESG PL-49].

FRAGOSO, Augusto. *A Escola Superior de Guerra: evolução, atualidade, perspectivas*. [S.l.: s.n.], 1971. [Arquivo da ESG C1-123-71].

GOLBERY. Escola Superior de Guerra. *Planejamento da segurança nacional*. [S.l.: s.n.], [1981]. [Arquivo da ESG C-83-54].

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

HUNTINGTON, S. P. *O soldado e o estado: teoria e política das relações civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

MAZOWER, Mark. *O Continente sombrio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: [s.n.]: 1960.

OBINO, Salvador César. *O idealizador da Escola Superior de Guerra*. Porto Alegre: Editora Metrópole, 2003.

SARDENBERG, Idálio. *Influência das novas armas nas operações militares: parte II*. [S.l.: s.n.], 1952. [Arquivo da ESG C-002-52].

SARDENBERG, Idálio. *Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra*. [S.l.: s.n.], 1949. [Arquivo da ESG PL-49].

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TÁVORA, Juarez. *Átomos para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

TÁVORA, Juarez. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

TÁVORA, Juarez. *Organização para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

Recebido em: 30 abr. 2024.

Aceito em: 12 jun. 2024.